

Licitações

3856
2

De: Atendimento - Alfalagos <atendimento@alfalagos.com.br>
Enviado em: sexta-feira, 4 de junho de 2021 09:26
Para: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA
Assunto: Novo ticket: CANCELAMENTO - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA PE 22/2020
Anexos: REQUERIMENTO DE CANCELAMENTO DE ITENS.pdf; NFE ATUAL 24435.pdf; NFE ANTERIOR 22768.pdf

Sinalizador de acompanhamento:

Acompanhar

Status do sinalizador:

Sinalizada

Gelsiane dos Santos Araújo
Técnico Administrativo
COP

07/06/2021

- Não escreva abaixo dessa linha -

Olá, CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA.

Informamos que a nossa equipe de atendimento registrou um ticket em seu nome.

Se precisar acrescentar mais detalhes ao seu ticket, fique a vontade para responder esse e-mail.

Cordialmente,

Central de atendimento
ALFALAGOS LTDA.

[MDK19573T102686907]

Este email foi gerado por Movidesk



Alfalagos Ltda

CNPJ: 05.194.502/0001-14
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 Dist. Industrial
37135-516 Alfenas MG - Tel (35) 3701-0450
depcontratos@alfalagos.com.br / sac@alfalagos.com.br

**À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO
OESTE PAULISTA- SP**

PREGÃO PRESENCIAL 22/2020

PROCESSO LICITATORIO 34/2020

ALFALAGOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.194.502/000.1-14, estabelecida na Rua Alberto Vieira Romão, 1700, Distrito Industrial, na Cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais, CEP 37135-516, doravante simplesmente denominada Contratada, devidamente representada, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, formular o presente **PEDIDO DE CANCELAMENTO DOS ITENS ABAIXO:**

- **264-SONDA ASP TRAQ Nº 14 S/VALVULA**
- **290-SONDA URETRAL DESC Nº 16**

Pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1 - DOS FATOS

O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA, visando satisfazer suas necessidades, realizou o processo licitatório em epígrafe, no qual deu origem a ATA RP 85/2020.

A empresa Alfalagos por sua vez, ao verificar que o objeto do edital enquadrava-se em sua área de atuação, ingressou no processo licitatório, sagrando-se vencedora de alguns itens, os quais lhes foram adjudicados ao final.

Entre os itens adjudicados estão os supracitados, que hoje por fatos alheios a vontade da licitante se encontram com os valores de custo superiores ao licitado para o Ente Público.

Deste modo, a solução vislumbrada inicialmente para atender o interesse de ambas as partes seria o encaminhamento de solicitação de reequilíbrio econômico financeiro face ao itens que se fizessem necessário.

Porém, o Consorcio vem indeferindo as solicitações.



Alfalagos Ltda

3858
97

CNPJ: 05.194.502/0001-14
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 Dist. Industrial
37135-516 Alfenas MG - Tel (35) 3701-0450
depcontratos@alfalagos.com.br / sac@alfalagos.com.br

Diante disso, viemos por meio deste demonstrar a situação relacionada aos materiais supramencionados, com o intuito de requerer o cancelamento/desistência dos itens.

Pelos fundamentos abaixo expostos.

2 - DOS FUNDAMENTOS

Como amplamente abordado, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro seria realizada com intuito de restabelecer as condições contratuais inicialmente pactuadas entre as partes, pois, o mercado de medicamentos e materiais hospitalares está sendo duramente e inesperadamente impactado com as adversidades desencadeadas pela pandemia do Covid-19, encontrando-se envolto a uma grande turbulência que leva a escassez de matéria prima utilizada produção de fármacos/materiais hospitalares e aumento dos preços a todo o momento, sem que nada possa fazer a licitante para impedir ou amenizar a situação.

Desta feita, como demonstrado em planilhas inserida no presente requerimento de desistência, os produtos suscitados tiveram um exponencial aumento de preço, os quais sem a concessão do reequilíbrio econômico se torna impossível o cumprimento da obrigação contratual, tendo em vista que foram registrados em Ata a quantidade de 3502 SONDA ASP TRAQ Nº 14 S/VALVULA e 7384 SONDA URETRAL DESC Nº 16.

- **264-SONDA ASP TRAQ Nº 14 S/VALVULA**

Valor de custo atual: R\$ 0,43

Imposto de 12% sobre a circulação da mercadoria (ICMS): R\$ 0,05

Custo operacional de 18%: R\$ 0,086

Valor final de custo do item: R\$ 0,566

Valor registrado em licitação: R\$ 0,49

Verifica-se que o valor de custo final é aproximadamente 15,51 % superior ao valor registrado, ou seja, a licitante não obteria nenhum lucro com o fornecimento do item e ainda arcaria com um prejuízo, caso seja solicitada toda a quantidade registrada, considerando ainda que não haja outros reajustes de valores junto ao fabricante/fornecedor do material.



• **290-SONDA URETRAL DESC Nº 16**

Valor de custo atual: R\$ 0,45

Imposto de 12% sobre a circulação da mercadoria (ICMS): R\$ 0,05

Custo operacional de 18%: R\$ 0,09

Valor final de custo do item: R\$ 0,59

Valor registrado em licitação: R\$ 0,53

Verifica-se que o valor de custo final é aproximadamente 11,32 % superior ao valor registrado, ou seja, a licitante não obterá nenhum lucro com o fornecimento do item e ainda arcaria com um prejuízo, caso seja solicitada toda a quantidade registrada, considerando ainda que não haja outros reajustes de valores junto ao fabricante/fornecedor do material.

Assim sendo, visando evitar a inadimplência contratual e prejuízo aos integrantes do processo licitatório, bem como ciente das consequências relacionadas à inexecução do contrato, outra alternativa não resta senão a presente solicitação de desistência/cancelamento.

Faz-se necessário uma análise completa do conjunto de leis que regem o processo licitatório e suas modalidades.

Primeiramente, compete discorrer sobre a lei geral de Licitação (Lei 8666/93) no qual aplica-se para todas as modalidades licitatórias, nos trazendo em seu bojo o artigo 43, §6º o qual prevê:

Art. 43, § 6º Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

Como podemos verificar, a legislação permite que haja desistência sobre a proposta lançada a determinado item quando demonstrado a ocorrência de fato posterior a fase de habilitação que advenha de justo motivo.

Vejamos que o Decreto 7892/2013 nos traz a possibilidade de cancelamento do registro quando solicitado pelo fornecedor na eminência de fatos supervenientes que decorram de casos fortuitos ou força maior



Alfalagos Ltda

CNPJ: 05.194.502/0001-14
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 Dist. Industrial
37135-516 Alfenas MG - Tel (35) 3701-0450
depcontratos@alfalagos.com.br / sac@alfalagos.com.br

prejudicando o cumprimento da ata, desde que devidamente comprovados e justificados.¹

Em análise profunda da legislação verifica-se que o registro de preço não necessariamente remete a todo conteúdo da ata registrada com o Licitante e sim sobre o preço praticado em determinados itens do edital. Vejamos:

Art. 11. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

§ 1º O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21.

A legislação consubstancia-se cristalina ao nos trazer a possibilidade de haver o cancelamento apenas do preço registrado de determinado item da licitação e não de toda a ata, mantendo cadastro de reserva para caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado do item.

As hipóteses de cancelamento do registro de preço são prevista e contemplada nas entranhas do Decreto 7892/2013, especificamente em seu artigo 21. Vejamos:

Art. 21. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.” (grifo nosso)

Ressalta-se ainda que o Decreto nº 7.892/2013 dispõe acerca da liberação do compromisso assumido pela licitante:

Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor

¹Art. 21. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

II - a pedido do fornecedor



Alfalagos Ltda

CNPJ: 05.194.502/0001-14
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 Dist. Industrial
37135-516 Alfenas MG - Tel (35) 3701-0450
depcontratos@alfalagos.com.br / sac@alfalagos.com.br

não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Verifica-se, portanto que tanto a lei geral de licitações quanto a específica do registro de preço nos trazem a possibilidade de cancelamento de item após a fase de habilitação, mesmo no decorrer do termo obrigacional.

Destaca-se que Marçal Justem Filho nos traz alguns posicionamentos com relação ao assunto:

"..No entanto, não é cabível submeter a desistência posterior à fase de habilitação à presença dos requisitos da recomposição de preços. Se estiverem presentes tais requisitos, certamente caberá a desistência. Mas a fórmula legal específica (motivo justo) apresenta intencional amplitude e retrata um juízo de cunho ético. **O motivo será justo na medida em que propiciar uma situação de injustiça e de desequilíbrio na contratação, inclusive em hipóteses heterodoxas...**"

"...A aceitação por parte da Administração **reflete uma competência discricionária, o que obviamente não equivale a uma manifestação arbitrária e subjetiva. Cabe à Administração ponderar a situação existente para apurar a existência de um motivo justo, tomando em vista não apenas a própria conveniência mas também as circunstâncias que cercaram a atuação do particular...**"



**“As considerações expostas relativamente ao
pregão são extensivas às licitações processadas
com inversão de fases...”**

Desta forma, a questão deve ser analisada e pautada no **princípio da razoabilidade e da legalidade**, no qual havendo um justo motivo ocorrido após a oferta de preço, é razoável o acolhimento do pedido de desistência somente do preço de determinado item e não de todos, abarcando todas as modalidades licitatórias.

Superada esta fase, importante se faz demonstrar o enquadramento do fato a legislação.

Como verificado, a legislação condiciona o cancelamento do registro a ocorrência de fatos supervenientes que decorra de caso fortuito e força maior, prejudicando o cumprimento da ata, desde que devidamente comprovados e justificados.

Entende-se por caso fortuito ou força maior todo fato/ocorrência imprevisível ou difícil de prever que gere um ou mais efeitos/consequências inevitáveis.

Imperioso trazer que recentemente a Advocacia Geral da União emitiu o PARECER nº. 261/2020/CONJUR-MINFRA/CGU/AG, no qual reconhece e configura a doença COVID-19 por si só como caso de força maior ou caso fortuito para concessão de reequilíbrio econômico financeiro, consubstanciando em álea extraordinária aplicando-se a teoria da imprevisão.

No presente caso, tanto o fato superveniente quanto o caso fortuito e força maior estão tipificados através do agravamento da doença COVID-19, que disseminou uma nova onda da doença nos Pais afetando diretamente os fabricantes de medicamentos e materiais hospitalares e conseqüentemente os distribuidores, como é o caso da licitante.

Quanto à imprevisibilidade, não há como negar que os fatos em tese são imprevisíveis. Quem em sã consciência imaginaria que o mundo seria acometido com uma doença devastadora sem que haja previsão de normalização e que os impactos causados influenciariam na produção e fariam com que houvesse aumento de até 10 % no custo dos produtos em poucos meses?

Denota-se que durante os 25 anos de vida desta empresa, nunca se presenciou situações como a atual, sendo impossível prever seus desdobramentos.

Nobres julgadores, não se trata de um caso específico e isolado, atinge todas as empresas do ramo.



Alfalagos Ltda

CNPJ: 05.194.502/0001-14
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 Dist. Industrial
37135-516 Alfenas MG - Tel (35) 3701-0450
depcontratos@alfalagos.com.br / sac@alfalagos.com.br

Impossível mantermos os preços licitados face aos praticado pelo próprio fabricante/fornecedor, caso contrário estaríamos colocando em risco existência da empresa, além de que tal ato viola por parte do Ente Público o princípio do enriquecimento sem causa (locupletamento ilícito), podendo recair a responsabilidade sobre todos os envolvidos que sabendo do desequilíbrio não efetuam o reequilíbrio econômico financeiro ou liberam o licitante do compromisso que lhe causará tamanho déficit.

A não aceitação da desistência poderá ocasionar grandes transtornos ao Órgão Público, tendo em vista que em sua competência de gestor solicitará a Licitante os produtos e está encontrará impedida de fornecer, movimentando toda máquina pública, demandando tempo e esforço de ambas as partes, sendo que não haverá outro fim possível.

A medida se faz necessária, porquanto como a Licitante é mera distribuidora de medicamentos e materiais hospitalares, não os confeccionando ou produzindo, ficando adstrita a disponibilidade de fornecimento dos laboratórios/fabricantes e seus preços praticados.

Infelizmente esta é a realidade vivida pelas distribuidoras de medicamentos e materiais hospitalares na atualidade.

Todos os preços foram devidamente ajustados quando da participação do certame de maneira a ser devidamente projetado, porém, os acontecimentos atuais fugiram do controle de qualquer empresa.

Novamente, não havia como a licitante prever as ocorrências aqui delineadas, sendo duramente afetada, o que pode impede o cumprimento do avençado, uma vez que literalmente estará pagando pela possibilidade de fornecimento do material supracitado para o Ente Público.

Nesse contexto, demonstrado ficou a necessidade do cancelamento do registro dos itens, enquadrando em todas as tipificações legais que dão margem a solicitação.

A licitante age a todo tempo pautada no princípio da moralidade, pois, dotada de boa-fé, ao verificar a impossibilidade de cumprimento de suas obrigações e que tais fatos ocasionariam transtornos consideráveis aos Órgãos Públicos e sua população, imediatamente comunica a Gestora antes da implantação de pedidos do material, solicitando o reequilíbrio econômico-financeiro, porém não houve o deferimento desta, momento que não restou opção senão solicitar a desistência a fim de que, querendo, sejam tomadas as medidas necessárias para contratação de outros fornecedores, evitando seu desabastecimento.



Alfalagos Ltda

CNPJ: 05.194.502/0001-14
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 Dist. Industrial
37135-516 Alfenas MG - Tel (35) 3701-0450
depcontratos@alfalagos.com.br / sac@alfalagos.com.br

Cabe agora ao Órgão Público se pautar também no princípio acima discorrido e verificando os fatos, bem como a dificuldade desta empresa, e acatar o pedido de desistência, não aplicando qualquer penalidade.

Portanto, diante ao indeferimento a solicitação de reequilíbrio econômico financeiro enviado anteriormente, por entender estar comprovando a necessidade, a contratada requer a Desistência referente aos itens supramencionados, isentando-a da aplicação de qualquer penalidade, bem como a exclusão dos itens da ata de registro de preço/contrato.

3 - DAS PLANILHAS DEMONSTRATIVAS

N ITEM	DESCRIÇÃO	NF ANTERIOR	VALOR NF ANTERIOR	ICMS (12%)	CUSTO OPERACIONAL (18%)	LUCRO	VALOR GANHO
264	SONDA ASP TRAQ Nº 14 S/VALVULA	22768	0,38	0,046	0,077	-0,012	0,49
290	SONDA URETRAL DESC Nº 16	22768	0,41	0,049	0,083	-0,012	0,53

NF ATUAL	VALOR NF ATUAL	ICMS (12%)	CUSTO OPERACIONAL (18%)	LUCRO	VALOR REAJUSTADO
24435	0,43	0,05	0,086	-0,01	0,55
24435	0,45	0,05	0,090	-0,01	0,58

4 - DOS PEDIDOS

Diante dos fatos e fundamentos expostos, bem como amparado por legislação específica e considerando o ótimo relacionamento entre as partes, requer:

- O recebimento e reconhecimento da presente manifestação;
- O deferimento da solicitação de cancelamento do registro de preço do **item 264-SONDA ASP TRAQ Nº 14 S/VALVULA** **290-SONDA URETRAL DESC Nº 16**, uma vez demonstrada a possibilidade e necessidade, excluindo-os de nossa ata de registro de preço/contrato.
- A isenção da aplicação de qualquer penalidade eventualmente existente.



Alfalagos Ltda

3865
27

CNPJ: 05.194.502/0001-14
Av. Alberto Vieira Romão, 1700 Dist. Industrial
37135-516 Alfenas MG - Tel (35) 3701-0450
depcontratos@alfalagos.com.br / sac@alfalagos.com.br

Nestes termos,

Pede e Aguarda Deferimento

Alfenas - MG, 02 de Junho de 2021.

NATANAEL
PEREIRA:5026
9054634

Assinado de forma
digital por NATANAEL
PEREIRA:50269054634
Dados: 2021.06.04
08:12:43 -03'00'

ALFALAGOS LTDA.

Recebemos de BIOSANI IND. COM DE PROD MED. E ODONTOLOGICOS LTDA os produtos constantes da nota fiscal indicada ao lado.
Emissão: 2021-05-17T09:24:58-03:00 V.Total: 9.147,20 Destinatário: ALFALAGOS LTDA

NF-e
N.º000.024.435
SÉRIE 001

DATA RECEBIMENTO

CERTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR



BIOSANI IND. COM DE PROD MED. E ODONTOLOGICOS LTDA
AV. THEREZA DE SOUSA CARNEIRO 1327
DIST INDUSTRIAL HUGO PARIN Arapoti - PR CEP: 84990000
Fone: 4335574814

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR
DA NOTA FISCAL
ELETRÔNICA

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

N.º000.024.435
SÉRIE 001
FOLHA 1/2



CHAVE DE ACESSO

4121 0506 1436 8100 0123 5500 1000 0244 3510 0041 3786

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal
ou no site da Sefaz Autorizadora.

NATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda de produção do estabelecimento

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

141210104798163 17/05/2021 09:35:34

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9030347851

INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO

CNPJ

06143681000123

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL
ALFALAGOS LTDA

CNPJ / CPF

05194502000114

DATA DA EMISSÃO

17/05/2021

ENDEREÇO

AV ALBERTO VIEIRA ROMÃO 1700

BAIRRO / DISTRITO

DISTRITO INDUSTRIAL

CEP

37135516

DATA DA ENTRADA/SAÍDA

17/05/2021

MUNICÍPIO

Alfenas

FONE / FAX

03532915047

UF

MG

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0161892410050

HORA DE SAÍDA

FATURA / DUPLICATA / FORMA DE PAGAMENTO

001 14/06/2021 9.147,20

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS

9.147,20

VALOR DO ICMS

1.097,66

BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO

0,00

VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO

0,00

VALOR TOTAL DOS PRODUTOS

9.147,20

VALOR DO FRETE

0,00

VALOR DO SEGURO

0,00

DESCONTO

0,00

OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS

0,00

VALOR DO IPI

0,00

VALOR TOTAL DA NOTA

9.147,20

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL

FRETE POR CONTA

1 - Destinatário

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ

ENDEREÇO

MUNICÍPIO

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE

52

ESPÉCIE

CAIXAS

MARCA

BIOSANI

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

260,00

PESO LÍQUIDO

0,00

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNIDADE	QUANTIDADE	V.UNITÁRIO	V. TOTAL	BC ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALIQ ICMS	ALIQ IPI
3574	SONDA ASP TRAQUEAL C/VALV 16 LOTE:52522 FAB:04/2021 VAL :04/2024	90183929	000	6101	Pç	200,0000	0,6700	134,00	134,00	16,08	0,00	12,00	0,00
3561	SONDA ASP TRAQUEAL 12 LOTE:51419 FAB:02/2021 VAL :02/2024	90183929	000	6101	Pç	1.200,0000	0,3980	477,60	477,60	57,31	0,00	12,00	0,00
3562	SONDA ASP TRAQUEAL 14 LOTE:52519 FAB:04/2021 VAL :04/2024	90183929	000	6101	Pç	1.800,0000	0,4100	738,00	738,00	86,56	0,00	12,00	0,00
3558	SONDA ASP TRAQUEAL 08 LOTE:52517 FAB:04/2021 VAL :04/2024	90183929	000	6101	Pç	400,0000	0,3880	155,20	155,20	18,62	0,00	12,00	0,00
3559	SONDA ASP TRAQUEAL 08 LOTE:52518 FAB:04/2021 VAL :04/2024	90183929	000	6101	Pç	400,0000	0,3900	156,00	156,00	18,72	0,00	12,00	0,00
3530	SONDA GAST LEVINE 12 LOTE:52523 FAB:04/2021 VAL :04/2024	90183929	000	6101	Pç	200,0000	0,7000	140,00	140,00	16,80	0,00	12,00	0,00
3511	SONDA RETAL 04 LOTE:52539 FAB:04/2021 VAL :04/2024	90183929	000	6101	Pç	400,0000	0,3980	159,20	159,20	19,10	0,00	12,00	0,00
3505	SONDA URETRAL 14 LOTE:52544 FAB:04/2021 VAL :04/2024	90183929	000	6101	Pç	8.100,0000	0,3980	3.223,80	3.223,80	386,86	0,00	12,00	0,00
350R	SONDA URETRAL 16 LOTE:51508 FAB:02/2021 VAL :02/2024 200 PCS LOTE:51815 FAB:03/2021 VAL :03/2024 800 PCS	90183929	000	6101	Pç	1.000,0000	0,4450	445,00	445,00	53,40	0,00	12,00	0,00
350b	SONDA URETRAL 20 LOTE:52547 FAB:04/2021 VAL :04/2024	90183929	000	6101	Pç	400,0000	0,5200	208,00	208,00	24,96	0,00	12,00	0,00
3503	SONDA ASP TRAQUEAL 16 LOTE:52520 FAB:04/2021 VAL :04/2024	90183929	000	6101	Pç	400,0000	0,4550	182,00	182,00	21,84	0,00	12,00	0,00
3504	SONDA ASP TRAQUEAL 18 LOTE:52531 FAB:04/2021 VAL :04/2024	90183929	000	6101	Pç	600,0000	0,4880	292,80	292,80	35,14	0,00	12,00	0,00
3578	SONDA CATETER NASAL 10 LOTE:52214 FAB:04/2021 VAL :04/2024	90183929	000	6101	Pç	800,0000	0,4150	332,00	332,00	39,84	0,00	12,00	0,00
3570	SONDA ASP TRAQUEAL C/VALV 08 LOTE:52213 FAB:04/2021 VAL :04/2024	90183929	000	6101	Pç	1.600,0000	0,5500	880,00	880,00	105,60	0,00	12,00	0,00
3561	SONDA ASP TRAQUEAL 12 LOTE:51369 02/2021 VAL :02/2024	90183929	000	6101	Pç	400,0000	0,3950	158,00	158,00	18,96	0,00	12,00	0,00
3562	SONDA ASP TRAQUEAL 14 LOTE:52193 FAB:03/2021 VAL :03/2024	90183929	000	6101	Pç	1.200,0000	0,4270	512,40	512,40	61,49	0,00	12,00	0,00
3534	SONDA GAST LEVINE 20 LOTE:52215 FAB:04/2021 VAL :04/2024	90183929	000	6101	Pç	200,0000	0,8700	174,00	174,00	20,88	0,00	12,00	0,00
*** CONTINUA NA PRÓXIMA PAGINA ***													

CÁLCULO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS

0,00

BASE DE CÁLCULO DO ISSQN

0,00

VALOR DO ISSQN

0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (NF-e v4.00) (Protocolo: 141210104798163 - Data: 2021-05-17T09:35:34-03:00)

ICMS Parcialmente diferido em 33,33%, conforme I ART. 108 DO RICMS/PR.
Isenção de PIS e COFINS Decreto nº 6.426/2008 art.01º inciso 3
FRETE FOB
28 DDL
OC 22827
VERDE VALE TRANSPORTES
Valor aproximado dos impostos = R\$ 1097,66 (12,00%)

RESERVADO AO FISCO

BIOSANI IND. COM DE PROD MED. E ODONTOLOGICOS LTDA
AV. THEREZA DE SOUSA CARNEIRO, 1327
DIST INDUSTRIAL HUGO PARIN - 84990-000
Arapoti - PR Fone/Fax: 4335574814

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.022.768
Série 001
Folha 2/2



CHAVE DE ACESSO

4120 0806 1436 8100 0123 5500 1000 0227 6810 0036 9016

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

141200150829663 - 17/08/2020 09:47:35

ATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda de produção do estabelecimento

SCRIÇÃO ESTADUAL

9030347851

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

06.143.681/0001-23

DOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

IGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CALC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. II
3506	SONDA URETRAL 16 LOTE :48620 FAB :07/2020 VAL :07/2023	90183929	000	6101	Pç	1 200,0000	0,4100	492,00	492,00	59,04		12,00	
3507	SONDA URETRAL 18 LOTE :48621 FAB :07/2020 VAL :07/2023	90183929	000	6101	Pç	200,0000	0,4600	92,00	92,00	11,04		12,00	
3502	SONDA URETRAL 08 LOTE :48622 FAB :07/2020 VAL :07/2023	90183219	000	6101	Pç	400,0000	0,3680	147,20	147,20	17,66		12,00	
1.0220-340	EQ MACRO FLEX/FOTOSSEN/FT/ROLD/L. SLIP/PROT/CAPA LOTE :43279 FAB :08/2019 VAL :08/2022 250 PÇS LOTE :49042 FAB :08/2020 VAL :08/2023 250 PÇS	90183999	000	6101	Pç	500,0000	1,4400	720,00	720,00	86,40		12,00	
5.2.1220-15	EQ MICRO FLEX/FT/ROLD/INJ. LATERAL/CONEC. LUER SLIP LOTE :49043 FAB :08/2020 VAL :08/2023	90183999	000	6101	Pç	3.500,0000	0,9800	3.430,00	3.430,00	411,60		12,00	



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Memorando Interno 124/2021

ORIGEM: ALFALAGOS LTDA.

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO CANCELAMENTO DOS ITENS 264 - SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, N.º 14, ESTÉRIL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL. ESPESSURA DA SONDA: 5,5 MM E 290 - SONDA URETRAL, N.º 16. PVC, TRANSPARENTE, ATÓXICO, APIROGÊNICO, DE PAREDE FINA E MALEÁVEL, PONTA ARREDONDADA, E FECHADA COM FURO NA LATERAL E PROVIDA NA OUTRA EXTREMIDADE DE UM CONECTOR PADRÃO.

RELATÓRIO

1. Trata-se de **solicitação de cancelamento** dos itens 264 - SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, N.º 14, ESTÉRIL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL. ESPESSURA DA SONDA: 5,5 MM e 290 - SONDA URETRAL, N.º 16. PVC, TRANSPARENTE, ATÓXICO, APIROGÊNICO, DE PAREDE FINA E MALEÁVEL, PONTA ARREDONDADA, E FECHADA COM FURO NA LATERAL E PROVIDA NA OUTRA EXTREMIDADE DE UM CONECTOR PADRÃO, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa **ALFALAGOS LTDA**, sob a justificativa de que: em razão da alta demanda do item, o preço ofertado não mais condiz com o valor de mercado, gerando um desequilíbrio contratual e causando um déficit significativo a licitante, solicitando portanto o cancelamento destes itens, registrados na ata do **Pregão Eletrônico 22/2020, Licitação nº 34/2020.**



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

3. Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do cancelamento dos itens nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

4. A empresa **ALFALAGOS LTDA** solicita o cancelamento do registro dos itens **264** - SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, N.º 14, ESTÉRIL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL. ESPESSURA DA SONDA: 5,5 MM e **290** - SONDA URETRAL, N.º 16. PVC, TRANSPARENTE, ATÓXICO, APIROGÊNICO, DE PAREDE FINA E MALEÁVEL, PONTA ARREDONDADA, E FECHADA COM FURO NA LATERAL E PROVIDA NA OUTRA EXTREMIDADE DE UM CONECTOR PADRÃO que logrou vencedora na licitação em epígrafe, sob o argumento que houve um aumento dos preços dos itens em tela sendo necessária o seu cancelamento ante o desequilíbrio econômico em sua execução.

5. Instrui tal pedido com documentos às fls. 3.866/ 3.869.

6. Eis a síntese do acostado.

7. Tem como fulcro de sua petição argumentando que ocorreu um considerável aumento de preço dos itens, sendo necessário o seu cancelamento e a liberação da empresa, pois a manutenção pelo preço registrado em ata seria inviável para a empresa e poderia ser responsabilizada por fornecer itens abaixo do preço de mercado.

8. Necessário se faz pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Vantagem desse sistema é que, uma vez registrados os preços, não há obrigatoriedade de repetir o certame ou proceder à contratação, o que reduz a necessidade de planejamento de compras e de estoques, durante o prazo de até 01 (um) ano de validade do certame. Assim variações no preço dos itens ofertados é esperado que ocorra, devendo estes serem considerados por aqueles que participam do certame em sua proposta, existindo uma diferença entre o lucro real e o esperado.

9. Deste modo há o registro que vinculará as partes nos modos que se darão as contratações. Sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata, não podendo, portanto, alegar que a Administração Pública está “enriquecendo sem causa”, pois se trata de um instrumento desta para obter os melhores preços de mercado e assim maximizar os dispêndios públicos.

10. Desta forma, o cancelamento dos itens registrados somente poderá ser realizado de forma excepcional e se daria através da comprovação da ocorrência de: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

11. Inclusive, está sendo sedimentado o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão à Ata de Registro de Preços, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

12. Conforme o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Impende salientar, a esse respeito, a **inaplicabilidade da teoria da imprevisão à Ata de Registro de Preços**. Nesse sentido, os TC'S 003590.989.17-4 e 006474.989.17-5[7], cujo trecho peço vênha para transcrever: “Por derradeiro, também **reputo indevida a previsão de realinhamento de valores no sistema de registro de preços**, a exemplo do precedente trazido pela Equipe Técnica da Unidade Regional de Marília, consubstanciado no TC000414.989.13-7, sob minha relatoria, cujo trecho de interesse peço vênha para reproduzir: ‘De se lembrar conceito bem definido pelo Eminent Substituto de Conselheiro Samy Wurman e que resume apropriadamente o que penso: “cláusulas de



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3874
v

reequilíbrio da equação econômica inicial do contrato não são admissíveis no sistema do registro de preços, por não haver como se aplicar a teoria da imprevisão quando estamos a tratar de uma Ata de Registro de Preços, e tampouco cabe à Administração o dever de tutelar a manutenção do exato patamar de lucratividade relacionado a preços registrados em Ata' (v.g. TC-002541/003/11). Inadmissível, assim, variar o preço durante a vigência da Ata de Registro de Preços". De fato, mostra-se materialmente impossível aplicar a teoria da imprevisão ao sistema de registro de preços, sendo facultada a realização de certame próprio subsequente, assegurado o direito de preferência ao detentor da respectiva ata, em igualdade de condições, conforme disposto no art. 15, §4º, da Lei de Licitações" (notas de rodapé suprimidas) – grifos originais. Processo n.º 1135-989-21, Conselheiro Antônio Roque Citadini, 24.03.2021. (Grifo e negrito nosso)

13. Conjugando o a jurisprudência acima colacionada, podemos concluir que em matéria de Ata de Registro de Preço a Administração fica proibida de realizar o reequilíbrio econômico-financeiro enquanto vigente a ata.

Da mesma forma, para cancelar os itens é necessário demonstrar de modo acentuado fato do príncipe; fato da Administração; fato superveniente imprevisível; ou, fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

14. Deve o Requerente juntar documentação que ateste a situação de forma incontestável, constituindo fato com consequências incalculáveis, que não eram passíveis de previsão pelo gestor médio quando da vinculação contratual, também devendo ocasionar um rompimento severo do equilíbrio econômico-financeiro, não bastando que o contrato se torne oneroso a uma das partes.

15. Como o processo licitatório transcorreu integralmente com a pandemia do COVID-19 já instaurada globalmente e com seus efeitos tangíveis em todas áreas, a liberação da ata necessita de uma justificativa extremamente fundamentada.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

16. Portanto não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do cancelamento dos itens da empresa ALFALAGOS LTDA.

17. É necessária uma razão factual e não um aumento de preço de seu fornecedor para justificar o cancelamento do item, pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis. AS NOTAS FISCAIS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não as causas.

18. De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame não fornecer o item em apreço.

19. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

20. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa ALFALAGOS LTDA, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

21. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

22. Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, **mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa ALFALAGOS LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.**

CONCLUSÃO

23. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica **opina:**

I – Pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item em que a empresa ALFALAGOS LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 10 de junho de 2021.


Dra. MARIA HELOISA DA SILVA CUVOLO
Diretora Jurídica

MEMORANDO INTERNO Nº 128/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretor Executivo

Assunto: Pedido de Cancelamento de itens– Pregão Eletrônico – SRP – nº 22/2020

Interessado: ALFALAGOS LTDA - ARP Nº 85/2020

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 3.871/3.878, que opinou pelo indeferimento do pedido de cancelamento dos itens **264** (sonda aspiração traqueal, n.º 14, estéril, atóxica, descartável, espessura da sonda: 5,5 mm.) e **290** (sonda uretral, n.º 16, pvc, transparente, atóxico, apirogênico, de parede fina e maleável, ponta arredondada, fechada com furo na lateral e provida na outra extremidade de um conector padrão), que a empresa Alfalagos sagrou-se vencedora.

Presidente Prudente, 29 de junho de 2021



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Assunto: Solicitação de Cancelamento de itens – Pregão Eletrônico – SRP – nº 22/2020 – Ata nº 85/2020

Interessado: Alfalagos LTDA

Trata-se de solicitação de cancelamento dos itens nº 264 e 290, registrados na Ata de Registro de Preços nº 85/2020.

O Setor Jurídico, às fls. 3.871/3.878, opinou pela negativa do pedido de cancelamento dos itens **264** (sonda aspiração traqueal, n.º 14, estéril, atóxica, descartável. espessura da sonda: 5,5 mm.) e **290** (sonda uretral, n.º 16, pvc, transparente, atóxico, apirogênico, de parede fina e maleável, ponta arredondada, fechada com furo na lateral e provida na outra extremidade de um conector padrão), sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico, e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **ALFA LAGOS LTDA, CNPJ nº 05.194.502/0001-14**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 29 de junho de 2021



Cláudio Denner Monteiro
Diretor Executivo-CIOP Substituto



CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

IMPrensa Oficial

Licitação

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo. Assunto: solicitação de cancelamento dos itens nº 264 e 290, ARP nº 85/2020, Pregão Eletrônico nº 22/2020. Interessada: **ALFALAGOS LTDA, CNPJ nº 05.194.502/0001-14**. Decisão: **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa, pedido de cancelamento dos itens **264** (sonda aspiração traqueal, n.º 14, estéril, atóxica, descartável, espessura da sonda: 5,5 mm.) e **290** (sonda uretral, n.º 16, pvc, transparente, atóxico, apirogênico, de parede fina e maleável, ponta arredondada, fechada com furo na lateral e provida na outra extremidade de um conector padrão), conforme fundamento acostado nos autos. Cláudio Denner Monteiro - Diretor Executivo Substituto do CIOP. Pres. Prudente, 29 de junho de 2021.

